# Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro em Rede: Desafios e Potencialidades dos Acervos

Andrea Silva D'Amato
Universidade Federal de São Paulo | São Paulo, Brasil
andrea@andreadamato.com.br

Ana Cecília Freitas
Universidade de São Paulo | São Paulo, Brasil
ceciliafreitasoliveira@usp.br

Gabriela Lages Gonçalves
Universidade de São Paulo | São Paulo, Brasil
gabylages12@usp.br

José Batista Franco Junior
Universidade de São Paulo | São Paulo, Brasil
josebfrancojunior@usp.br

Lucas Marques
Universidade de São Paulo | São Paulo, Brasil
lmmarques@usp.br

**DOI** 10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe243749

Para a população afro-brasileira, a articulação em rede não é algo novo. Há séculos, pessoas racializadas se organizam em estruturas de apoio mútuo de sobrevivência: das irmandades religiosas às casas de Tambor de Mina, Candomblé ou Umbanda; da marronagem suas estratégias de refúgio ao quilombismo; do samba aos bailes funk; das lutas por libertação às manifestações por cotas raciais. Todas essas são práticas históricas de constituição de redes; estratégias políticas, epistemológicas e existenciais de enfrentamento às violências coloniais. Tecnologias de reinvenção da vida que envolvem manejos de terras, alianças e confluências, transmissão de saberes e salvaguardas de memórias orais em corpos e mentes. Nesse sentido, as redes afrodiaspóricas não são apenas alianças políticas, mas aquilo que Dénètem Touam Bona (2020) chamou de "cosmopoéticas do refúgio": modos de imaginar junto, de criar solidariedades contra o apagamento, o isolamento e a fragmentação forçada.

Nas últimas décadas, a população negra brasileira tem vivenciado um processo de resgate de suas narrativas históricas. Esse movimento é decorrente de reparações históricas por parte do Estado brasileiro, como as leis de combate ao racismo e de obrigatoriedade do

ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino básico. Nesse contexto, quilombos, terreiros e favelas deixam de ser cenários estereotipados retratados em livros universitários e passam a ser valorizados como espaços de produção de conhecimento. Da mesma forma, mestres e mestras de saberes vividos passam a frequentar as universidades, evidenciando dissonâncias entre modos de conhecimento, conceitos e suas hierarquias (Bispo, 2020, 2023). A contragosto, instituições outrora dedicadas à afirmação da supremacia branca tiveram de abrir suas portas a outras histórias que questionavam essa narrativa dominante.

Enraizado em diversos segmentos sociais de maneira tão sofisticada, o racismo promoveu reiteradamente o ocultamento dos espaços de memória negra. Como apontou Françoise Vergès (2023), os museus ocidentais tiveram um papel importante nesse ocultamento, corroborando a ordem colonial e promovendo o racismo. Os museus foram espaços de monumentalização das heranças da supremacia branca no decorrer do tempo, constituídos principalmente a partir do roubo e da violência colonial. Segundo Vergès (2023), a memória histórica presente nos museus carece de um desmantelamento de sua narrativa, pondo em xeque a neutralidade ocidental e a inocência branca. Como defende Ariella Aïsha Azoulay (2024), é necessário aprender a desaprender o imperialismo, isto é, recusar as histórias celebratórias contadas pela colonialidade e retomar outras histórias — uma prática, que só é possível de ser feita com outros, em rede. Frente à impossibilidade de descolonizar completamente os museus e os arquivos (tecnologias nascidas com e para a colonialidade), é preciso, para voltarmos à proposição de Vergès (2023: 79), "imaginar formas diferentes de exposição e representação"; ou, nas palavras de Saidya Hartman (2020), recuperar aqueles "mortos insepultos" que a narrativa dominante ocultou, através de um exercício fabulativo que atua simultaneamente com e contra o arquivo.

No caso brasileiro, sabemos que boa parte dos acervos de matriz afro e indígena foram constituídos em contextos e relações de violência colonial — por meio de saques, apreensões policiais e práticas de coleta orientadas por lógicas racistas e colonialistas. Talvez um dos casos mais paradigmáticos para pensar tais relações seja aquele da outrora chamada "coleção Magia Negra", acervo formado por objetos pertencentes às religiões de matriz africana apreendidos pela polícia entre o final do século XIX e o início do século XX, que foram parar no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, classificados na "Seção de Repressão aos Tóxicos, Entorpecentes e Mystificações". Em 1938, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) decidiu patrimonializar este acervo, que se tornou o primeiro bem registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da instituição, sob o nome de "Museu da Magia Negra", ainda refletindo um viés estereotipado e criminalizador das religiões afro-brasileiras (Maggie, Rafael, 2013).

Foram precisos mais de 80 anos para que, em 2020, após uma luta protagonizada pelos povos de terreiro, este acervo fosse enfim transferido da Polícia Civil para o Museu da República, sendo reconfigurado e renomeado como "Acervo Nosso Sagrado" (Meninazinha de Oxum et al, 2021). É como se aqueles mortos insepultos de que fala Hartman (2020) – pessoas, objetos e espíritos anônimos e vagantes, que tiveram suas vidas e histórias interrompidas pela violência do arquivo – insistissem em re-existir, em fazer vida sobre e sob as ruínas do colonialismo.

Essa re-existência dos acervos tem atravessado múltiplas experiências afrodiaspóricas no mundo e motivado os distintos movimentos de luta por reparação e descolonização dos arquivos: da repatriação dos objetos de arte africana sequestrados pelo ocidente (Mbembe, 2025); à reconstituição de acervos como o Nosso Sagrado (Alves, 2023) e a Coleção Perseverança (Marcante, 2025); às recentes descobertas de artefatos, corpos, comunidades e histórias soterradas, como nos casos dos sítios arqueológicos do Quilombo Saracura/Vai-Vai, em São Paulo (Carvalho, Bastos, 2024); do cemitério dos Pretos Novos do Valongo, no Rio de Janeiro (Pereira, 2007), ou da recente descoberta do chamado "cemitério dos africanos", em Salvador (Olivieri, 2024).

Todas essas são experiências que nos lembram que os acervos e os museus não são espaços neutros, mas campos de batalhas ideológicas, políticas e econômicas. Essas experiências reivindicam, assim, os museus enquanto "zonas de contato" (Clifford, 2016); espaços de tensionamento e negociação que, cada vez mais, demandam daquilo que Achille Mbembe (2025) denominou como uma "capacidade de verdade", isto é, a capacidade de honrar e reparar o mundo por vir, de "aprender a lembrar juntos".

É diante desse contexto que surge a Rede de Acervos Afro-Brasileiros, atuando na contra-margem do apagamento dos arquivos da população negra. Constituída em outubro de 2022, após o falecimento do artista visual e ex-diretor do Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, a Rede representa uma articulação significativa nos âmbitos cultural e social. Seu objetivo principal é articular, reunir, mapear, divulgar e promover iniciativas, acervos, processos museológicos, terreiros, quilombos, arquivos, bibliotecas, pontos de cultura e bens culturais/artísticos produzidos ou reconhecidos pela população brasileira. Situada entre o institucional e o orgânico, a Rede vem se tornando uma estratégia de refazimento – abrindo caminhos, reestruturando sentidos, buscando ausências e rompendo silenciamentos – através do engajamento com espaços de memória, museus e iniciativas de pesquisa e construção de acervos afro-brasileiros.

Inicialmente originada da parceria com o Sistema Estadual de Museus (SISEM/SP), por meio do programa Conexões Museus SP, vinculado à Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, a proposta se expandiu e, hoje, abrange não somente acervos e iniciativas de São Paulo, mas também de outros estados, contemplando cerca de 46 iniciativas em 15 estados brasileiros.

O 1º Encontro da Rede de Acervos Afro-brasileiros, realizado em setembro de 2024, surgiu com uma urgência própria. Sediado no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, compôs a programação da 18ª Primavera dos Museus, incentivada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que teve como temática "Museus, acessibilidade e inclusão". Este evento marcou o primeiro encontro físico das parcerias, trocas, articulações e trabalhos realizados, reunindo presencialmente representantes da maioria das instituições/acervos envolvidos, além de mestres de saberes, artistas, autoridades religiosas de matrizes africanas, capoeiristas e pesquisadores de diversas áreas afins, provenientes de várias localidades. O objetivo era avaliar e celebrar o primeiro ano de constituição das articulações, estabelecer metas e estratégias, além de já definir a possibilidade de realização do segundo Encontro, o qual também foi realizado em setembro do presente ano de 2025, possuindo como sede não somente o Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, mas também o

Museu das Favelas, instituição parceira e contribuidora da recepção e organização no presente ano.

Foi no contexto destes encontros e da institucionalização da Rede que nasce a proposta do presente dossiê, intitulado "Acervos Afro-Brasileiros em Rede: Ações em Perspectiva". Ele reúne discussões e acervos participantes, transitando entre a memória, a prática, a tradição e a teoria em seus mais variados estágios de desenvolvimento e estabelecendo múltiplas conexões e diálogos. Nessa medida, a Rede se articula com a valorização cultural dos patrimônios afro-brasileiros, viabilizando possíveis políticas públicas voltadas à musealização e manutenção de acervos. Essa é uma nova chance de proteger e recontar as histórias que formam a identidade do povo brasileiro, atravessando as artes, a música, a literatura, os estilos de vida e as religiosidades. Nesse sentido, os artigos que compõem o presente dossiê revelam a potência das iniciativas que integram a Rede de Acervos Afro-Brasileiros — uma articulação pioneira de mobilização artística no Brasil, que evidencia as diversas formas de construção, preservação e difusão das memórias negras e indígenas situadas nas diferentes regiões do país.

O texto que abre o dossiê é intitulado "A Rede de Acervos Afro-brasileiros: destaques das primeiras experiências", de autoria de Janderson Brasil Paiva, um dos idealizadores e responsável pelas ações do programa Conexões Museus SP junto ao Museu Afro Brasil Emanoel Araujo. O autor nos apresenta uma contextualização completa acerca da iniciativa de criação e articulação da rede, inserida no planejamento estratégico e institucional do museu. Inicialmente, segundo Paiva, a Rede tinha o objetivo de conectar iniciativas museológicas afro-brasileiras no estado de São Paulo. No entanto, a proposta logo se estendeu para o âmbito nacional, abrangendo a articulação de 46 iniciativas espalhadas por 12 estados brasileiros. Paiva descreve as principais atividades da articulação da rede no período de 2022 a 2025, suas parcerias e produtos, avaliando a experiência pioneira de articulação e destacando a importância do trabalho em rede para estabelecer novas parcerias e contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas de preservação da cultura afro-brasileira.

A partir dessa articulação em rede, os artigos seguintes se dedicarão a narrar experiências e iniciativas de preservação da memória negra e de conformação de acervos afro-brasileiros. Dado que a história oficial, expressa por meio das práticas museais tradicionais, tende a apagar e/ou estereotipar as narrativas das populações negras, os textos abordam a necessidade de construir contra-narrativas por meio de espaços de memória próprios. O desafio comum, portanto, é transformar a preservação da memória negra em uma ação política de formação e sobrevivência reconhecida pelo Estado. Estabelecer redes e abrir caminhos.

Nesse sentido, o estudo sobre o Museu Afro-Brasil-Sul (MABSul) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/Unesc), intitulado "Preservar a Memória Negra é Tecnologia de Sobrevivência: notas sobre atividades educativas do Museu Afro-Brasil-Sul por meio do NEABI/Unesc no Extremo Sul Catarinense", de Douglas Vaz Franco Santana; Normélia Ondina Lalau de Farias; Matheus dos Santos Mathias; João Pedro Carlos Junior e Ocilene Nascimento de Oliveira, analisa práticas desenvolvidas no extremo sul catarinense que buscam enfrentar a ausência de representatividade dessas

populações nos espaços tradicionais de memória. Em contraposição às narrativas eurocêntricas e excludentes, o MABSul e o NEABI promovem ações de educação antirracista, em especial através de projetos como o "Árvore Etnológica: saberes ancestrais da comunidade", e o "Sankofa – Jogo da Memória", que emergem como estratégias de resgate e valorização de saberes ancestrais, verdadeiras tecnologias de sobrevivência que contribuem para o fortalecimento identitário, a democratização do conhecimento e o combate ao epistemicídio.

É ainda nesse espírito de constituição de uma prática museal contra-hegemônica, coletiva e decolonial que nos é apresentado o exemplo do Museu das Favelas, em São Paulo. No artigo "O fazer museal coletivo do Museu das Favelas e a exposição "Sobre Vivências", Danieli Giovanini do Carmo Leite relata a experiência do fazer museal coletivo do Museu das Favelas, equipamento de cultura do Estado de São Paulo criado em 2021. O foco do artigo se dá em um estudo de caso da exposição de longa duração intitulada "Sobre Vivências". A partir de uma perspectiva decolonial e colaborativa – que busca transformar o museu naquilo que James Clifford (2016) chamaria de uma "zona de contato", em que alianças heterogêneas são firmadas a fim de transformar o museu um espaço de negociação entre múltiplas interpretações – a exposição foi construída a fim de refletir a diversidade e a complexidade das histórias das periferias brasileiras, garantindo que o acervo reflita o protagonismo e as memórias dos próprios territórios periféricos.

Constituir acervos e práticas museais próprias é uma forma não apenas de preservar a memória e combater o apagamento histórico, mas também de constituir redes e pontes para o futuro. Em "Por uma memória negra e feminina do ativismo brasileiro: o caso do Acervo Sueli Carneiro", Ionara Lourenço e Natália Néris nos apresentam uma reunião de acervos pessoais e comunitários que dão forma às lutas contra-hegemônicas. O que a academia buscou dividir por muito tempo, Sueli Carneiro uniu em mais de cinquenta anos de lutas sociais e produção de conhecimento. Seu acervo expressa a amplitude das demandas por igualdade racial e de gênero, constituindo uma trincheira anti-apagamento. Neste artigo, acompanhamos uma produção negra em seu estado natural de excelência: documentar, registrar, organizar e criar mecanismos para futuros possíveis a partir de uma trajetória pessoal estendida ao coletivo. É pensando nos futuros, portanto, que o projeto, visto como um modelo replicável que pode inspirar a preservação de legados de outros grupos, inclui a formação de arquivistas negras e a digitalização para garantir acesso público a documentos cruciais do ativismo. Trata-se de um arquivo feito à mão, escrito com os próprios dedos: um acervo-caminho com a missão de salvaguardar e difundir projetos de memória negra e conferir o devido protagonismo às mulheridades negras no processo de retomada de autoria.

Outro ponto de destaque no dossiê é a importância da preservação e da digitalização dos patrimônios sonoros negros. A musicalidade está indissociavelmente ligada à memória, à identidade, à resistência e às formas de criação do mundo produzidas pelas populações negras na diáspora africana. Sons, músicas, ritmos, entonações, cantos rituais, toques de tambor, rezas, línguas cantadas e paisagens sonoras do cotidiano não são apenas expressões estéticas: são formas de produzir existência, história e política. A música,

seus instrumentos e repertórios, são arquivos vivos da diáspora africana, tecnologias de preservação da memória que devem ser resguardadas e valorizadas.

Diego Jandira, no artigo "Violão Negro Brasileiro: as contribuições dos violonistas negros na formação da cultura brasileira", nos conta a história de um dos instrumentos mais importantes para a formação e perpetuação da música e da cultura afro e brasileira. Assimilado ao cancioneiro popular brasileiro e frequentemente associado à vida boêmia e à figura do malandro, o violão foi apropriado pela população negra, tornando-se um instrumento crucial de resistência e afirmação cultural para músicos negros, permitindo com que eles conseguissem introduzir-se "em lugares antes reservados apenas às elites econômicas e culturais do país". No entanto, a memória do protagonismo de artistas negros em relação a esse instrumento foi recorrentemente apagada, fazendo com que grandes violonistas negros fossem invisibilizados na história da música brasileira. É com base nisso que o autor ressalta a importância de resgatar figuras históricas, como Eduardo das Neves (1874-1919), Bahiano (1870-1944), Quincas Laranjeiras (1873-1935), Levino Albano da Conceição (1895-1955), Ernani de Figueiredo (?-1917), Yvonne Rebello (1916-?), Manoel de Lima (1883-?) e Tó Teixeira (1893-1982), violonistas negros que tiveram papeis fundamentais na formação da música brasileira. Assim, o autor faz um chamado à importância da constituição de acervos dedicados à história do violão negro brasileiro — como o próprio projeto, fundado por ele em meados de 2020, da constituição de um acervo digital onde são oferecidas entrevistas, artigos, fotos e conteúdos sobre violonistas negras e negros do passado e da atualidade.

Outro projeto exemplar de formação de acervos sonoros digitais é retratado no artigo "Acervo dos Santos: a diversidade afro-brasileira nos discos de Umbanda e Candomblé", em que Eden dos Santos Barbosa e José Gerardo Vasconcelos retratam a potência dos cânticos e da oralidade enquanto princípios geradores de força e espiritualidade contida nos rituais dos povos de terreiro. Para isso, partem das músicas gravadas em formato LP produzidas no período compreendido entre as décadas de 30 a 80, constituindo um acervo fonográfico das religiões da Umbanda e do Candomblé que tiveram suas oralidades difundidas pela indústria musical. É dessa necessidade de investigar a diversidade, o protagonismo negro e a relevância histórica das comunidades de terreiro que surge o projeto "Acervo dos Santos", um projeto de documentação sonora que busca divulgar, fomentar e preservar a memória e a historicidade dos ritos e cânticos dos povos de terreiro através da constituição de redes de divulgação por meio de plataformas digitais.

O universo digital vem assumindo um papel primordial na preservação das memórias e acervos negros. Como a pesquisadora Jamille Borges da Silva (2012) chama a atenção, "a criação de museus no universo online nos obriga a repensar conceitos clássicos de documentação, educação e interatividade presentes nos museus físicos, recolocando as relações de poder – saber-fazer nesse território/ mundo virtualizado". Assim, como mostram muitos dos textos aqui presentes, a criação de acervos virtuais e museus digitais permite ultrapassar barreiras idiomáticas e distâncias geográficas, democratizando o acesso à memória e à educação patrimonial e possibilitando encontros que dificilmente ocorreriam fora do ambiente virtual. No entanto, ainda que o ambiente digital apresente inúmeras potencialidades que se diferem daquelas dos museus físicos, ele também

apresenta diversos desafios, que vão desde a consolidação de toda uma infraestrutura digital (envolvendo softwares, hardwares e conhecimentos técnicos) que permitam a criação de um ambiente verdadeiramente aberto e colaborativo, até a elaboração de formas expográficas de fácil acesso e entendimento, que permita articular os conhecimentos tradicionais com a ciência, a tecnologia com a educação, a memória com a política antirracista.

Essas são algumas das questões presentes no artigo "Ewé Lati Wòsàn (Folha pra curar): Museu Digital sobre a Memória do Saber-Fazer de utilização das Ervas como forma de cuidado e cura pelos religiosos de Terreiros de Candomblé", de Daniela Moreira de Jesus. Fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento, a proposta trata de um projeto colaborativo para a criação de um museu digital, buscando criar um acervo de dados sobre ervas e seus potenciais usos elaborados pelas religiões de matriz africana, com base em uma pesquisa de campo realizada com povos de terreiros do município de Cachoeira e São Félix, na Bahia. Contrapondo-se a uma concepção rígida e hierárquica de museu — visão atrelada à colonialidade europeia e às suas formas de preservação, a autora aposta nas potencialidades do mundo virtual para a criação de espaços colaborativos e abertos, que permitam uma maior acessibilidade e possibilitem a criação de um espaço de preservação permanente e coletivo da memória afrodiaspórica. Ou seja, trata-se de pensar na proposta de um Museu Digital que não apenas replique ou simule as formas e narrativas presentes em museus físicos, mas que busque, a partir das ferramentas e linguagens possibilitadas pelas tecnologias digitais, criar contra narrativas, alianças e novas formas de exposição que vão para além dos espaços de violência colonial.

Já o artigo dedicado ao Museu Afro Digital do Maranhão (MAD-MA/UFMA) intitulado "O Museu Afro Digital da UFMA: uma experiência do acervo virtual do Maranhão", de Marilande Abreu e Wellington Barbosa dos Santos, apresenta um relato de experiência que alia cultura e tecnologia na criação de um acervo digital composto por fotografias, filmes e documentos de pesquisa sobre religiões, festas, quilombos e manifestações da cultura popular afro-brasileira e afro-indígena no Maranhão. Ao tornar acessível esse patrimônio e fomentar o diálogo entre memória e educação, o MAD-MA afirma-se como um espaço de construção coletiva de saberes e valorização de culturas historicamente invisibilizadas, utilizando o meio digital como um aliado no combate ao racismo e na democratização do saber.

Por fim, os trabalhos apresentados no presente dossiê nos apresentam um panorama prévio das diversas realidades e processos de lutas enfrentados pelas instituições que compõem a Rede de Acervos Afro-Brasileiros, na busca pela preservação da memória como possibilidade de se recontar o passado silenciado e assim, projetar um futuro reparador e talvez distante da dívida histórica que marca a população afro-brasileira pelos séculos. Diante da violência colonial estabelecida que imperou (e ainda impera) na construção dos acervos institucionais, delimitando o que se pode preservar ou não, a mobilização pioneira das populações afro-brasileiras na tentativa de organizar seus arquivos e estabelecer seus próprios acervos se identifica como mais uma estratégia de aquilombamento para se construir outras narrativas a partir das próprias populações que durante séculos foram somente atração e objetos de apreciações exóticas pelo colonizador.

Considerando a relevância da Rede de Acervos Afro-brasileiros na articulação de forças que transcendem a linguagem tradicional das instituições museais, a Revista Cadernos de Campo, no contexto deste dossiê comemorativo, se engaja enquanto dispositivo científico nas lutas por reconhecimento e valorização das variadas expressões decoloniais e contra coloniais. Busca-se, desse modo, promover a divulgação dos distintos saberes e das resistências das populações tradicionais diante de uma sociedade e Estado que ainda avançam lentamente rumo à conscientização e à reparação étnica, histórica e cultural

Juntas, as experiências aqui apresentadas traduzem o espírito deste dossiê: a urgência e a vitalidade de ações que, em diferentes territórios e linguagens, constroem uma cartografia viva das memórias afro-brasileiras e indígenas — um movimento que se estende pelos trabalhos aqui reunidos, reafirmando a força das redes de acervos como espaços de resistência, de criação e de futuro.

## Referências

Azoulay, Ariella Aïsha. 2024. *História Potencial: desaprender o imperialismo*. São Paulo: Ubu editora.

Barbosa, Éden, e José Gerardo Vasconcelos. 2025. "Acervo Dos Santos: A Diversidade Afro-Brasileira Nos Discos De Umbanda E Candomblé". *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234832. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234832.

Bona, Dénètem Touam. 2020. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.

Brasil Paiva, Janderson. 2025. "A Rede De Acervos Afro-Brasileiros: Destaques Das Primeiras Experiências". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e243526. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe243526.

Carvalho, Patricia Marinho; Bastos, Rossano Lopes. 2024. "Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: A insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo". *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 81–101,. DOI: 10.24885/sab.v37i2.1159. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1159

Clifford, James. 2016. "Museus como zonas de contato". *Periódico Permanente*, n.6, p.1-37.

Hartman, Saidiya. 2020. "Vênus em dois atos". *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33

Jadira, Diego. 2025. "Violão Negro Brasileiro: As contribuições Dos Violonistas Negros Na formação Da Cultura Brasileira". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234810. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234810.

Jesus, Daniela Moreira de. 2025. "Ewé Lati Wòsàn: Folha Pra Curar – Museu Digital Sobre a Memória Do Saber-Fazer De utilização Das Ervas Como Forma De Cuidado E Cura Pelos Religiosos De Terreiros De Candomblé". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234274. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234274.

Leite, Danieli. 2025. "O Fazer Museal Coletivo Do Museu Das Favelas E a exposição 'Sobre Vivências'". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e237536. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe237536.

Marcante, Maicon Fernando. 2025. "O Processo de patrimonialização da Coleção Perseverança como patrimônio de memória sensível". *Antropolítica - Revista*

*Contemporânea De Antropologia* 57 (1). https://doi.org/10.22409/antropolitica2025.v57.i1.a65645.

Meninazinha de Oxum; Nice de Iansã; Versiani, Maria Helena; Chagas, Mario. 2021. "A chegada do nosso sagrado no Museu da República: 'a fé não costuma faiá'". In *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*, organizado por Judite Primo e Mario Moutinho (Eds.) (pp. 73-102). Edições Universitárias Lusófonas. https://doi.org/10.36572/csm.2021.book_5

Neris, Natália, e Ionara Lourenço. 2025. "Por Uma memória Negra E Feminina Do Ativismo Brasileiro: O Caso Do Acervo Sueli Carneiro". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234370. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234370.

Olivieri, Silvana. 2024. "Notas sobre um cemitério desaparecido em Salvador". In: *Anais do ArquiMemória 6:* Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: SENAI Cimatec.

Pereira, Júlio César. 2007. *À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond: Iphan.

Santana, Douglas Vaz Franco, Normélia Ondina Lalau de Farias, Matheus Dos Santos Mathias, João Pedro Carlos Junior, e Ocilene Nascimento de Oliveira. 2025. "Preservar a memória Negra é Tecnologia De Sobrevivência: Notas Sobre Atividades Educativas Do Museu Afro-Brasil-Sul Por Meio Do NEABI Unesc No Extremo Sul Catarinense". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234828. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1ppe234828.

Santos, Antonio Bispo. 2018. "Somos da terra". *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51.

Santos, Antonio Bispo. 2023. *A terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu editora.

Santos, Wellington Barbosa dos  e Marilande Martins Abreu. 2025. "O Museus Afro Digital Da UFMA: Uma Experiência De Acervo Virtual No Maranhão". *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991) 34 (1): e234884. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe234884.

Silva, Ana Laura Terto da. 2024. *Da sutura, o refazimento: a arte de Rosana Paulino como caminho para uma etnografia do corpo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais: Maceió.

Silva, Jamile Borges da. 2012. "Museus on-line: longevidade e conservação digital da memória". In: Sansone, L. (Org.). *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva*. Salvador: Edufba. 352 p.: il.2013, p.263/275.

Vergès, Françoise. 2023. *Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu editora.

## sobre os editores

**Andrea Silva D'Amato**

Fotógrafa e doutoranda em Antropologia Visual pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (PPGCS-UNIFESP). Desde 2008 atua junto a comunidade que vive no

entorno do Omo Ilê Agboulá, terreiro de culto à Egungun (ancestrais), no Alto da Bela Vista, na Ilha de Itaparica, Bahia.

**Ana Cecília Freitas**
Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia do Direito da USP (NADIR) e integrou o Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas da UFF (NARUA).

**Gabriela Lages Gonçalves**
Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP). Integra o LEAP Laboratório de Estudos de Antropologia da Política (vinculado a UFMA) e o ASA - Coletivo de Artes, Saberes e Antropologia (vinculado à USP). Atualmente é pesquisadora do Projeto temático Metis financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP). Tem constituído pesquisas sobre materialidades, patrimônios, relações raciais, fronteiras entre humanos e não humanos.

**José Batista Franco Junior**
Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Possui graduação em Direito e em Teatro (ênfase em Produção Cultural) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). É pesquisador vinculado ao grupo METIS - Artes e Semânticas da criação e da memória (Projeto Temática FAPESP) e ao Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA/Unemat). Possui interesses de pesquisa nos seguintes temas: Cosmologias, Quilombos, Territorialidades e Gestão Cultural.

**Lucas de Mendonça Marques**
Pós-doutorando na Universidade de São Paulo (USP) e é Fejos Postdoctoral Fellow in Ethnographic Film pela Wenner-Gren Foundation. É graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. É pesquisador do Núcleo de Antropologia Simétrica (NAnSi/UFRJ) e do projeto "Artes e semânticas da criação e da memória", pela FAPESP. Realizou pesquisa de campo na Bahia, sobre arte, objetos religiosos e técnicas no candomblé da Bahia, e no Pacífico Sul colombiano, sobre comunidades negras e espiritualidades afro-americanas.

**Autoria:** Os autores são responsáveis pela coleta de dados, pela sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:**
Para a realização deste trabalho, Ana Cecília Freitas contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Gabriela Lages Gonçalves contou com o apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA); e Lucas Marques contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processos nº 2020/07886-8 e 2023/01246-5,

**Recebido em**: 25/11/2025.
**Aprovado para publicação em:** 10/12/2025.